

JOTA

LEVANTAMENTO DO JOTA

Parlamentares avaliam que PL das Fake News não será aprovado antes de julho de 2022

Ao todo, 64% dos gabinetes ouvidos pelo levantamento do JOTA não acreditam que a regulação valerá nas próximas eleições

NIVALDO SOUZA

09/12/2021 07:00



Plenário da Câmara dos Deputados. Crédito: Roque de Sá/Agência Senado

JOTA PRO
Poder

JOTA PRO PODER

Este conteúdo integra a cobertura do JOTA PRO PODER e foi distribuído antes com exclusividade para assinantes PRO. **Conheça!**

O presidente da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL), se comprometeu com líderes partidários a não colocar em votação no plenário neste ano o **Projeto de Lei 2.630/2020**, conhecido como **PL das Fake News**, e indicou não haver ambiente para votá-lo no primeiro semestre de 2022 com regras valendo para as eleições, de acordo com relatos obtidos pelo **JOTA** de reuniões realizadas por Lira e parlamentares do Centrão, oposição e base do governo nas últimas semanas.

A negativa do presidente foi dada a integrante do grupo de trabalho (GT) na qual a proposta tramitou e que é formado por 13 integrantes – sendo a maioria (7) membros de partidos de esquerda, considerados mais rigorosos na regulação. Os relatos foram feitos ao **JOTA** por fontes ligadas a deputados presentes a essas reuniões.



Conheça a nossa ferramenta preditiva que **antecipa a aprovação de propostas** em tramitação no Congresso com mais de 90% de acerto.

CLIQUE PARA SABER MAIS

A possibilidade de o presidente da Câmara colocar o projeto em votação no plenário não é descartada por todos. Mas o sentimento dominante entre as fontes consultadas é de que, sem um acordo bem amarrado por um texto de maior consenso, Lira colocaria a proposta em votação apenas para o projeto “caducar”. Com isso, ele agradaria o governo, que é contrário à regulação de notícias falsas na internet.

Ao **JOTA**, o relator do PL das Fake News na Câmara, Orlando Silva (PCdoB-SP), afirmou estar disposto a negociar mudança no texto para viabilizar a votação ainda neste ano. Nesta quarta-feira (8/12), ele tentava convencer Lira e alguns líderes a colocar o PL em votação no plenário.

“Não necessariamente tem acordo sobre 100% do texto, mas podemos discutir de forma democrática”, disse. “O mundo está debatendo esse tema, e o Brasil faz parte dessa discussão”, justifica a pertinência da regulação.

Em entrevista à Bandnews nesta quarta-feira (8/12), o relator disse estar seguro “de que o texto é maduro”. “Hoje, eu conversei com o presidente Arthur Lira e estamos avaliando com os líderes. Talvez, votemos ainda hoje [quarta-feira] ou amanhã [quinta-feira] o requerimento de urgência. E a chance é de votar o PL na pauta da semana que vem”, afirmou.

O texto-base da proposta foi aprovado na última quarta-feira (1º), por 7 votos a 4, mas pesquisa do **JOTA** com 31 gabinetes indica que, além do compromisso de Lira, o PL das Fake News não tem consenso suficiente para ir ao plenário.

Na condição de anonimato, as fontes responderam ao seguinte questionamento:

“Você acha que o PL das Fake News será aprovado pelo Congresso e sancionado antes de julho de 2022?”

A divisão percentual das respostas foi o seguinte:

- Não: 64%
- Sim: 20%
- Neutro: 16%

Para chegar a esse valor, o **JOTA** procurou os gabinetes de 100 deputados e senadores influentes no Congresso, especialmente lideranças e líderes informais de bancada. Ainda esperamos receber outras respostas, o que poderá levar a uma atualização do levantamento.

Entre as respostas estão 16 dos 24 (66,67%) dos gabinetes de lideranças partidárias ou blocos na Câmara. Desse total, 11 (68,75%) não acreditam que a regulação avançará neste ou no próximo ano. Neste caso, alegam que a agenda eleitoral a partir de março deve concentrar a pauta do plenário em temas de pouca polêmica. Pesa ainda o fato de a proposta ter de passar por nova votação no Senado.

Já três dos 16 gabinetes de lideranças (18,75%) têm posição neutra ao acreditar que o PL pode passar a depender da articulação política. Enquanto apenas dois (12,5%) veem chance real de o projeto ser aprovado a tempo das eleições.

Índice de governismo

Na amostra do **JOTA**, o índice de governismo está em 67%, enquanto no geral da Câmara o índice está em 72%. Isso mostra que existe uma leve tendência de oposição na nossa amostra (justamente pela composição do GT), mas ela é próxima do geral da Câmara.

A maioria avalia que o texto-base apresentado pelo relator Orlando Silva, não pacifica juridicamente o tema e pode gerar insegurança jurídica para as empresas de tecnologias.

Texto ‘mais calmo’

O **JOTA** conversou com fontes qualificadas que acompanham o tema de perto. De acordo com um chefe de gabinete ligado ao Centrão ouvido pela reportagem, Lira afirmou no final de novembro a alguns líderes que não colocaria o PL das Fake News em pauta em 2021. Já a votação em plenário, ainda em primeiro semestre de 2022, com vistas a valer para as eleições, segundo esta fonte, “depende de uma novidade, que seria um projeto ‘mais calmo’”.

O relatório de Silva é visto como muito duro contra as empresas, além de não ter objeto jurídico bem definido do que configura notícias falsas e liberdade de opinião.

Apesar de a maioria acreditar que o projeto não deve avançar e valer no pleito de 2022, o sentimento de parte dos gabinetes é de que há desejo de parte dos parlamentares em discutir um texto mais suave para dar “uma satisfação” para a população em relação ao combate às fake news.

NIVALDO SOUZA – Repórter freelancer